

DOSSIÊ

# ATIVISMO DIGITAL MATERNO E FEMINISMO INTERSECCIONAL:

## Uma análise da plataforma de mídia independente “Cientista Que Virou Mãe”

Copyright © 2018  
SBPjor / Associação  
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

ANDREA MEDRADO  
*Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, Brasil*  
ORCID: 0000-0002-9408-9688

ANA PAULA MULLER  
*Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, Brasil*  
ORCID: 0000-0003-1517-1307

DOI: <https://doi.org/10.25200/BJR.v14n1.2018.1055>

**RESUMO** - Neste artigo, buscamos compreender o ativismo digital materno a partir da análise de um blog que passou a operar como uma plataforma de mídia independente: o Cientista Que Virou Mãe (CQVM). Gostaríamos de apresentar os indícios que revelam que esta plataforma atua como importante iniciativa de ativismo digital materno. Tanto nos estudos feministas, como nos estudos de comunicação e mídia, este recorte, mais voltado para a análise das relações entre maternidade, feminismo e mídia, é relativamente pouco trabalhado. Após localizarmos a plataforma CQVM dentro do contexto do ativismo digital materno, destacamos que tal fenômeno pode ser beneficiado por uma maior incorporação das perspectivas do feminismo interseccional. Para demonstrar esse ponto, adotamos uma abordagem de inspiração (n)etnográfica, analisando um evento marcante na história da plataforma, o qual trouxe à tona as vozes das mulheres e mães negras.

**Palavras-chave:** Ativismo digital. Ativismo materno. Feminismo interseccional. Mídia independente.

### **ACTIVISMO DIGITAL MATERNO Y FEMINISMO INTERSECCIONAL: un análisis de la plataforma independiente “Cientista Que Virou Mãe”**

**RESUMEN** - El objetivo de este artículo es conducirnos una comprensión más profunda del fenómeno del activismo digital materno, a partir de un análisis de Cientista Que Virou Mãe (CQVM, La Cientista que se Convirtió en Madre, traducido al español), un blog que se convirtió en una plataforma de medios independientes. A partir de aquí, esperamos llenar una brecha de investigación importante ya que se escribe poco sobre las relaciones entre la maternidad, el feminismo y los medios. También deseamos sugerir que la plataforma CQVM se pueda ubicar dentro del contexto del activismo digital, argumentando que este último tiene mucho que beneficiarse al incorporar las perspectivas del feminismo interseccional. Para cumplir con este propósito, nuestra investigación adopta una

inspiración (n)etnográfica, analizando un evento particular que fue significativo en la historia de la plataforma CQVM ya que se manifestaron más fuertemente las voces de las madres negras.

**Palavras clave:** Activismo digital. Activismo materno. Feminismo interseccional. Medios independientes.

## **DIGITAL MATERNAL ACTIVISM AND INTERSECTIONAL FEMINISM: An Analysis of the Independent Platform “Cientista Que Virou Mãe”**

**ABSTRACT** – This article seeks to obtain a deepened understanding of the phenomenon of digital activism by mothers, drawing from an analysis of *Cientista Que Virou Mãe* (CQVM or *Cientist who became a mother*, in Portuguese), a blog which became an independent media platform. By doing this, we hope to fill an important research gap as little is written on the relationships between motherhood, feminism and the media. Based on preliminary evidence, we also wish to suggest that the CQVM platform can be located within the context of digital activism, arguing that the latter has lots to benefit from incorporating the perspectives of intersectional feminism. In order to achieve this, our study reveals an (n) ethnographic inspiration, analyzing one particular event which was significant in the history of the CQVM platform as it echoed the voices of black mothers.

**Key words:** Digital activism. Activism by mothers. Intersectional feminism. independent media.

### **Introdução**

Por que precisaria deixar minha filha tão bebê, ainda amamentada, em uma creche pra poder trabalhar ao invés de contar com uma estrutura social que acolhesse a mãe trabalhadora e seus filhos? Por que eu, de Lígia que sou, passaria a ser chamada de “mãezinha”? Por que, apenas por ter me tornado mãe, eu passaria por tanta situação de desigualdade, iniquidade e dificuldade nessa sociedade que ridiculariza mulheres em função da maternidade? E nenhuma resposta afirmativa a qualquer uma dessas perguntas me satisfiz. Pelo contrário: a cada resposta afirmativa no sentido de “porque é assim” surgia com ainda mais força em mim a vontade de ajudar a mudar esse cenário de exclusão e iniquidade em que vivem as mulheres mães (Sena, s.d).

No texto de abertura do blog e plataforma colaborativa<sup>1</sup> *Cientista Que Virou Mãe* ([www.cientistaqueviroumae.com.br](http://www.cientistaqueviroumae.com.br)), Lígia Moreiras Sena, feminista, doutora em ciências e “mãe da Clara”, como ela mesma se descreve, apresenta algumas das principais questões que deram impulso à criação e realização desta iniciativa. A autora denuncia uma estrutura social em que as mulheres passaram a ocupar mais posições no mercado de trabalho, sem que esse avanço levasse

em conta a maternidade e a distribuição de responsabilidades, ainda extremamente desigual, entre homens e mulheres na criação dos e cuidado com os filhos. Dessa forma, a mulher, muitas vezes com escassos suportes emocional e financeiro e com altíssimos níveis de expectativa sobre seu desempenho profissional, vê-se em um dilema intransponível: precisa trabalhar como se não tivesse filhos e precisa ter filhos como se não tivesse trabalho.

Tomando como base uma análise da plataforma colaborativa Cientista Que Virou Mãe (CQVM), cujas origem e filosofia são apresentadas aqui, este artigo tem como objetivo apresentar algumas características do fenômeno do ativismo digital materno, dentro de um contexto mais amplo de debates contemporâneos do jornalismo independente e do feminismo, abordando, em especial a perspectiva do Feminismo Interseccional (Crenshaw, 1991). Dessa forma, com base em um estudo de caráter exploratório, gostaríamos também de demonstrar as maneiras em que a interseccionalidade se manifesta como algo que vai além de um conceito acadêmico, representando também uma abordagem metodológica e uma postura política.

### **Ativismo digital: contextualização e características**

Diversos autores têm se debruçado sobre o papel que as tecnologias da informação e comunicação (TICs) vêm exercendo para conectar pessoas que compartilham uma crença, causa ou sentimento em um processo que, em estância avançada, levaria a uma ação coletiva. Nesse sentido, como aponta a autora Leticia Abella (2016), o surgimento das novas tecnologias de comunicação contribuiu bastante para que os cidadãos que não encontravam espaço nas mídias tradicionais passassem a utilizar tais tecnologias como instrumentos de mobilização social, “sem a necessidade de aprovação dos setores poderosos” (Abella, 2016, p. 93). Dessa forma, abrem-se portas para formas de expressão de caráter mais horizontais, nas quais a informação possa ser circulada “através de um fluxo mais livre entre as diferentes esferas da sociedade” (Abella, 2016, p. 94).. Pode-se então concluir que “a evolução das mídias tem colaborado na formação de um novo cenário de mobilizações sociais: aquelas que são geradas a partir de intercâmbios na rede” (Abella, 2016).

Aqui, cabe então contextualizar alguns emblemáticos movimentos ativistas alternativos (e digitais) que surgiram nas

últimas décadas em outros países e no Brasil. Um exemplo comumente citado é o do Movimento Zapatista, iniciado em 1994 pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e em atividade até os dias atuais. O movimento surgiu com o objetivo de tomada de poder para a instauração de um governo socialista no México por meio da luta armada. No entanto, como apontam Rivello & Pimenta, com o tempo, tal posicionamento político foi se alterando. Hoje, o movimento caracteriza-se pela busca do diálogo não somente com a sociedade organizada mexicana, mas também com a sociedade internacional, através da utilização das redes de computadores. Ele luta assim, entre outras causas, pelo direito de autogestão das comunidades indígenas e busca entender os problemas enfrentados “pelas comunidades de Chiapas dentro de um contexto global de aprofundamento da exclusão social causada por políticas neoliberais” (Rivello & Pimenta, 1994, pp. 1-2). Além disso, percebe a visibilidade midiática como instrumento importante para fortalecer grupos sociais que considera marginalizados e vítimas de desigualdades sociais ao redor do mundo, incluindo mulheres e grupos LGBTQ.

Outro caso frequentemente analisado dentro da literatura que discute o papel das mídias digitais na esfera pública, na participação política e na criação de novos movimentos sociais é o das manifestações ocorridas durante a III Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada entre 30 de novembro e 2 de dezembro de 1999, em Seattle, nos Estados Unidos. Autores como Fábio Malini & Henrique Antoun (2013, pp. 134-135) destacam o quão falha e incompleta foi a cobertura desses protestos pela grande mídia corporativa e centralizada como os noticiários da CNN, ABC e NBC e, no Brasil, da Globo. Naquele momento, para citar os autores, os protestos eram aludidos sob uma “dupla ótica: ou eram apresentados como críticas corporativistas à liberdade comercial, feitas por grupos contrários à competitividade global; ou eram badernas de anarcopunks e delinquentes afins” (Malini & Antoun, 2013, p. 135). É neste contexto marcado pela necessidade de confrontar essas narrativas generalizadas e agressivas que emerge uma nova mídia, o Independent Media Center (IMC ou, em Português, Centro de Mídia Independente) – com atuação baseada predominantemente na internet – que acabou se tornando “o principal órgão de notícias sobre o acontecimento” (Malini & Antoun, 2013, p. 136). Como apontam Malini & Antoun, tal atuação representa uma nova forma de ativismo que foi liderada pelos sobreviventes de experiências comunitárias e políticas do final dos anos 1960 e início dos

1970; “depurada pelo terror do Estado dos setenta e que fez sua travessia pelo deserto em direção à terra prometida através do exílio, da prisão ou do movimento dos computadores, redes e ONGs dos 80” (Malini & Antoun, 2013, p. 138). Assim, pela prática da ação direta, o ativismo digital fez da comunicação mediada por computadores (CMC) “um lugar de percepção, afeto e atividade para novas comunidades virtuais”, que, “sob um modo de governo anárquico”, transformaram a organização política das manifestações de protesto (Malini & Antoun, 2013, p. 139).

Já no Brasil são históricas as manifestações vinculadas aos movimentos organizados como o Movimento Passe livre (MPL), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), os Comitês de Copa, o Movimento pela Democratização da Informação – exemplos que se encaixam mais no contexto urbano –, entre outros. Diante da grande pluralidade existente entre eles, autores como Ilse Scherer-Warren (2014) identificam alguns fatores estruturantes da sociedade que pautam a luta dos movimentos:

- Demográficos: Dimensão da população atingida por novas formas segregacionistas, devido à concentração urbana;
- Econômicos: precariedades em relação ao mundo do trabalho, moradia, mobilidade urbana, qualidade de vida, etc;
- Políticos: Deficiências nos sistemas de representação e de participação efetiva da cidadania;
- Culturais: Demandas por reconhecimento, liberdade de opções e expressões simbólicas em termos de gênero, sexismo, raças e etnias, gerações, etc.

Assim, estando situadas no âmago da sociedade da informação, tais demandas possibilitam trocas entre atores de redes sociais e/ou de organizações civis distintas, originando articulações políticas e uma maior “transversalidade de identidade” entre eles. Em alguns momentos, como ocorreu nos dias 11 de julho e 7 de setembro de 2013 – dois exemplos analisados por Scherer-Warren –, manifestações específicas, organizadas por movimentos juvenis, de mulheres, de negros, de indígenas, do mundo do trabalho, entre outros se unem em manifestações conjuntas (Scherer-Warren, 2014, p. 422).

Além das chamadas Jornadas de Junho de 2013 que, no Brasil, reuniram uma ampla gama de manifestações de insatisfação popular diante da precariedade dos serviços públicos, de gastos excedentes com a Copa do Mundo, e uma revolta geral contra a corrupção, os primeiros anos da década de 2010 foram marcados por diversas outras revoltas, ocorridas a nível global e dentro da lógica das sociedades

conectadas. Neste tema, um dos autores mais citados é, sem dúvida, Manuel Castells (2013), que promoveu uma análise abrangente de movimentos populares em diversos países, como a Revolução da Tunísia, a Revolução das Paredes na Islândia, as Insurreições Árabes, os Indignados na Espanha e os Movimentos Occupy. No entanto, muito já foi dito sobre o caráter romântico e talvez excessivamente otimista dos chamados autores da cibercultura, entre os quais pode-se incluir o trabalho de Castells. Algumas das principais críticas podem ser resumidas pela ideia de que a “revolução não será tuitada”, conforme apontam autores como Christian Fuchs (2014). Dessa forma, seria irrealista e simplista atribuir às tecnologias a total responsabilidade pelas revoluções e pelo empoderamento de grupos sociais. Além disso, é até irônico pensar que, há pouco tempo atrás, havia uma crença generalizada de que as redes de indignação, estudadas por Castells (2013), fossem mesmo um motivo de esperança. Hoje, nos deparamos com um contexto marcado por uma profunda crise política e econômica no Brasil e pela ascendência de partidos de extrema direita em diversas partes do mundo, como nos Estados Unidos, Europa, Austrália, entre outros.

No entanto, tendo feito essas ressalvas, encontramos no trabalho de Castells uma útil tentativa de delinear algumas das características comuns que permeiam movimentos sociais com forte presença de ativismo digital. Segundo o autor, esses movimentos são: 1) “conectados de múltiplas formas”, o que incluiria redes sociais online e offline, assim também como redes preexistentes; 2) “simultaneamente locais e globais porque começam em contextos específicos mas também conectados ao mundo inteiro, aprendendo com outras experiências”; 3) “espontâneos em sua origem, geralmente desencadeados por uma centelha de indignação”; 4) “horizontais e multimodais”, criando um sentimento de companheirismo e favorecendo a cooperação e solidariedade; 5) “profundamente autorreflexivos”, questionando-se permanentemente e consultando seus membros sobre o que desejam e o que pretendem realizar”; 6) “raramente programáticos”, ou seja, têm múltiplas demandas e ilimitadas motivações; e 7) “voltados para a mudança de valores na sociedade” (Castells, 2013, pp. 162-169).

Retomamos aqui tais características no sentido de argumentar que, dentro desse contexto, nos últimos anos, um movimento ativista digital materno vem ganhando força em nosso país, principalmente nas redes sociais. Porém, antes de examinarmos as características

anteriormente citadas à luz do nosso objeto de pesquisa, ofereceremos um breve contexto do ativismo digital materno no Brasil. Uma das primeiras e mais conhecidas iniciativas de ativismo digital materno foi o blog *Mothern* (*mother + modern*), criado em 2002 pelas publicitárias mineiras Juliana Sampaio e Laura Guimarães, e objeto da tese de doutorado de Adriana Braga (2008). O blog, que relatava experiências cotidianas de mulheres que descobriam o real significado da maternidade, deu origem ao livro *Mothern – Manual da Mãe Moderna*, publicado em 2005, e depois inspirou a criação de uma série de TV, que foi ao ar no canal GNT. Com essas iniciativas, começamos a perceber indícios de uma mudança na construção social da maternidade. Em um momento em que as novas tecnologias se tornavam lugares de forte interação entre as mães, estas começavam a se incluir numa categoria de especialistas na criação de seus filhos, lugar antes ocupado somente por médicos. Dessa maneira, as mães criaram uma dinâmica nas redes sociais em que davam conselhos umas às outras, compartilhavam suas experiências e começavam a questionar algumas figuras de autoridade, inclusive os próprios especialistas, como os médicos, por exemplo (Tomaz, 2015, p. 163).

### **A maternidade e os feminismos**

As relações entre a maternidade e o feminismo no Ocidente passaram a ser especificamente mais discutidas a partir do período pós-Segunda Guerra Mundial, em que se configurou a chamada Segunda Onda do movimento (Beauvoir, 1970<sup>2</sup>; Friedan, 1963). O questionamento da condição social da mulher mãe se apresentou paralelamente à aceleração do desenvolvimento industrial e urbano, à presença crescente da mulher no mercado de trabalho e ao advento da pílula contraceptiva. Neste cenário em que o conservadorismo exaltava os valores da família burguesa tradicional, Simone de Beauvoir publicou a obra *O Segundo Sexo*. Nela, a autora defendia a liberdade sexual e a liberação das práticas de contracepção, centralizando as questões femininas na proposta da mulher como sujeito social, politizando assim as questões privadas do cotidiano. Como aponta Lucila Scavone:

Um dos elementos radicais desta politização relacionava-se à maternidade, isto é, refutar o determinismo biológico que reservava às mulheres um destino social de mães. A maternidade começava, então, a ser compreendida como uma

construção social, que designava o lugar das mulheres na família e na sociedade, isto é, a causa principal da dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino (2001, p. 138)

A maternidade passou então a ser vista como questão-chave para as ativistas da Segunda Onda do Feminismo por se tratar de uma condição que impunha à mulher a opressão e a dominação pelo sexo oposto, pois a mulher era vista apenas como esposa, reprodutora e responsável pelo cuidado com as crianças. Esta condição reduzia a mulher ao espaço privado, excluindo-a das atividades e debates do espaço público. Dessa forma, o movimento feminista iniciou um debate acerca da maternidade em três principais momentos: primeiramente, o feminismo passou a ver a maternidade como um defeito natural (*handicap*), recusando esta condição como forma de afastar a dominação masculina. Apoiada pelas novas formas contraceptivas, essa ideia de recusa da maternidade daria à mulher a possibilidade de buscar uma identidade mais ampla. Já em um segundo momento, novas reflexões dentro do movimento alteraram o discurso da recusa da maternidade para a ideia da constituição de um poder a partir da maternidade e dos saberes que a envolviam, como demonstra, mais uma vez, Scavone:

Passado o impacto da recusa da maternidade vieram perguntas dentro do movimento feminista: “nós (as mulheres) queríamos ser definidas sem a maternidade? Aceitávamos ser mutiladas de uma parte de nossa história, de nossa identidade?” A maternidade passa a ser considerada como um poder insubstituível, o qual só as mulheres possuem e os homens invejam (2001, p. 141)

Aqui, também percebemos que a reflexão feminista dialogava com as ciências humanas e sociais, abordando teses lacanianas e foucaultianas, que apontavam para a maternidade como fonte de poder social a partir da possibilidade feminina da concepção e dos saberes que envolviam a geração e criação de um ser humano. A partir dessas ideias, as ativistas do movimento feminista passaram a compreender que não era o fato biológico da reprodução que determinava a posição social das mulheres, mas, sim, as relações de dominação que atribuíam um significado social à maternidade.

Finalmente, em um terceiro momento, e com a consolidação pela qual passou o conceito de gênero, houve certa desconstrução das ideias anteriores. Assim, a maternidade passou a ser vista pelo movimento como “um símbolo construído histórico, cultural e politicamente resultado das relações de poder e dominação de



um sexo sobre o outro” (Scavone, 2001, p. 143). Posteriormente, com a Terceira Onda, a partir dos anos 1990, é possível detectar um menor interesse do movimento feminista pelo significado social da maternidade. As reflexões passaram a estar mais centradas nas políticas de saúde e nos direitos reprodutivos, deslocando as questões da maternidade do âmbito privado para o âmbito público. É também nessa fase que o feminismo apresentou, com mais ênfase, respostas a alguns pontos fracos apontados durante a segunda onda. A principal falha, identificada por feministas negras, por exemplo, estava intimamente relacionada ao fato da Segunda Onda priorizar as experiências das mulheres brancas de classe média alta. Bell Hooks propõe uma autocrítica ao movimento feminista:

Muitas mulheres, especialmente mulheres brancas privilegiadas, deixaram de considerar as visões feministas revolucionárias à medida em que começaram a adquirir poder econômico dentro da estrutura social existente. Nos círculos acadêmicos, o pensamento feminista foi abraçado e progrediu. Porém, frequentemente, esse pensamento não se tornou disponível para o grande público. Ele se tornou e continua a ser um discurso privilegiado e direcionado a aqueles que são altamente letrados, bem educados, e, de forma geral, privilegiados também em termos materiais (2000, p. 5)<sup>3</sup>.

Assim, junto ao reconhecimento da necessidade urgente que o movimento feminista tinha de incorporar as múltiplas camadas de opressão – de classe e raça, entre muitos outros aspectos – ganhou força o feminismo interseccional. A origem do termo é atribuída à professora de direito Kimberlé Crenshaw em 1989, embora ela reconheça que essas discussões já vinham ocorrendo entre feministas negras há muito tempo. Para citar a própria Crenshaw:

Considero a interseccionalidade como um conceito que conecta a política contemporânea com a teoria pós moderna. Ao mapear as interseções de raça e gênero, o conceito desafia a premissa dominante de que raça e gênero essencialmente representem categorias separadas. Ao associar tais categorias às suas interseções, gostaria de propor uma metodologia que interrompa essa tendência de enxergar raça e classe como sendo exclusivas ou separáveis. Enquanto analiso predominantemente interseções entre raça e gênero, o conceito pode e deve ser expandido para levar em consideração questões como orientação sexual, idade e cor da pele (1991, pp. 1244-1245)<sup>4</sup>.

Como afirma a autora, embora essa definição inicial estivesse ainda muito centrada nas interseções entre raça e gênero, a perspectiva da interseccionalidade traz à tona as múltiplas facetas de

opressão que diferentes mulheres, em contextos distintos, precisam lidar e lutar contra, em diferentes camadas. Em outras palavras, não é possível encontrar um feminismo de tamanho único, que caiba em todas as mulheres, sem levar em consideração a diversidade entre suas realidades. Cabe notar que, embora esse conceito já circule dentro do movimento feminista há décadas, ele vem ganhando um lugar de destaque, especialmente no contexto da blogosfera brasileira, nos últimos anos. Aqui, nos interessa particularmente como esse conceito vêm circulando no ciberespaço, em iniciativas de ativismo digital. Porém, antes de aplicar o conceito da interseccionalidade à nossa análise da plataforma Cientista Que Virou Mãe, ofereceremos um contexto sobre esta como forma de jornalismo independente e iniciativa de ativismo digital na próxima seção deste artigo.

### **Ativismo digital materno e jornalismo independente: cientista que virou mãe**

A partir da segunda década do século XXI, surgiram no Brasil diversas iniciativas que apresentavam uma figura da mulher mãe desconstruída, questionadora e, até certo ponto, empoderada nas páginas de blogs e perfis de redes sociais. Alguns exemplos são o canal da youtuber *Hell Mother*, as páginas *Mãe Solo*, *Feminismo Materno*, *Militância Ativa Materna* e, mais recentemente, o blog e *fan page* de Facebook *Não Me Chamo Mãe*, entre muitas outras. Nesse contexto é que nos propomos a analisar a plataforma colaborativa Cientista Que Virou Mãe, criada em 2009 por Lígia Moreiras Sena e pela agrônoma Nani Feuser e que, atualmente, inclui blog, *fan page* no Facebook, perfil no Instagram e Twitter.

O discurso que permeia o ativismo materno do Cientista Que Virou Mãe pode até não ter sido causado por um “caldeirão de indignação social” no sentido clássico do ativismo das grandes mobilizações populares abordadas anteriormente neste artigo, no entanto, como argumentamos, esse ativismo é carregado do que Castells denominaria de “mobilização emocional por uma injustiça gritante” (2013, p. 163). Lígia, Nani e outras mulheres, que colaboram regularmente com a plataforma, revelam a necessidade de discutirmos a sobrecarga e opressão sofridas pela mulher com filhos na cadeia produtiva da sociedade de consumo, questionando se esta está ou não preparada para o deslocamento da condição materna

do âmbito privado para um âmbito público e político. A seguir, apresentamos um levantamento inicial de alguns dos principais temas e questões abordados pelo Cientista Que Virou Mãe, inserindo-os em um contexto de ativismo digital e jornalismo independente, posteriormente, relacionando-os a alguns conceitos propostos pelo feminismo interseccional.

Ao retornarmos a alguns dos textos produzidos nos primeiros anos do blog, é possível acompanhar a trajetória pessoal e profissional de Lígia Moreiras Sena, desde antes de sua gravidez, até o nascimento e crescimento da filha Clara. O blog nasceu como uma iniciativa que tinha por objetivo estabelecer trocas com uma rede que quisesse discutir outras visões sobre parto, infância, saúde materna e direitos femininos. No início, sem o nome oficial, ele funcionava como diário íntimo e tratava de temáticas voltadas para as dificuldades que estavam ligadas principalmente às forças coercitivas em relação à mulher quando ela se tornava mãe. Esses assuntos eram ligados, principalmente, à área da saúde da mulher, já que Lígia era mestranda em farmacologia. De certa forma, é possível traçar um paralelo com algumas das preocupações manifestadas por autoras da Segunda Onda do Feminismo, à medida em que os textos sugeriam que as questões mais biológicas e ligadas ao corpo da mulher, como o fato dela engravidar, parir, amamentar, não deveriam ser utilizadas e percebidas como uma desvantagem competitiva na sociedade. O nome do blog, na época, que passou a ser oficialmente Cientista Que Virou Mãe, fazia alusão à própria ocupação de suas idealizadoras: literalmente, duas acadêmicas e pesquisadoras que tinham se tornado mães.

O ano de 2015 representou um divisor de águas para o Cientista Que Virou Mãe, que mudou radicalmente seu formato, transformando-se em uma plataforma de mídia independente com financiamento coletivo. De acordo com entrevista concedida a um canal no Youtube, Lígia Sena afirmou que naquele momento o blog já ultrapassava o número de 4 mil acessos por dia e tinha 75% do seu público formado por mulheres mães<sup>5</sup>. Ativista da humanização do parto e de questões que envolviam a esfera privada da maternidade, a autora, em parceria com Feuser, desenvolveu a ideia de contar com uma rede de apoio e produção de conteúdo que pudesse ser mantida sem depender de iniciativas de empresas, criando oportunidades para as autoras e para as leitoras do blog. Dessa forma, o Cientista

Que Virou Mãe passou a se aproximar de forma mais significativa do modelo e do conceito de jornalismo independente. Aqui, as premissas principais seriam o compromisso com a verdade e com a autossuficiência, representando também, no contexto midiático atual, uma possibilidade de imprensa livre, que vai de encontro à orientação ideológica guiada pelos princípios do sistema capitalista. Entretanto, embora pareça simples em uma primeira análise, ainda é um desafio encontrar estudos que definam claramente um conceito para o jornalismo independente. Uma tentativa nesse sentido é oferecida por James Bennett ao afirmar que “para muitas pessoas, a independência significa trabalhar com liberdade: liberdade do controle ou interferência do Estado, liberdade de monopólio, das forças do mercado, assim também como uma liberdade para reportar, comentar, criar e documentar sem medo de perseguição” (2015, p. 1). Dessa forma, o jornalismo independente seria aquele praticado de forma autônoma pelos profissionais jornalistas ou, inclusive, por não jornalistas, sem estarem ligados a veículos da mídia tradicional, nem a organizações, empresas ou partidos políticos. Além disso, este é o jornalismo que busca sobreviver financeiramente no mercado de trabalho, colocando em prática um modelo de negócio próprio. Assim, não há mais a necessidade de estar em um grupo de comunicação para produzir conteúdo jornalístico, uma vez que munidos de um computador e conexão com a internet, é possível ser jornalista de qualquer lugar.

As autoras Daniela Ramos & Egle Spinelli (2015) acrescentam que no jornalismo independente os princípios investigativos da profissão precisam ser reforçados. Assim, tal vertente se apresenta como uma alternativa importante para jornalistas que se desligaram das grandes empresas de comunicação após a crise da grande imprensa industrial. Para citá-las:

Na busca por um jornalismo sem fins lucrativos e apartidário, muitos jornalistas empreendedores vieram da grande mídia e por algum motivo, como demissão, falta de identidade com o veículo ou motivação para empreender em seu próprio negócio, saíram de seus empregos e tentaram consolidar projetos independentes. (Ramos & Spinelli, 2015, p. 116)

Com a internet e, em especial, com o crescimento da blogosfera e a possibilidade de financiamento coletivo online, houve uma aceleração e uma intensificação de muitos projetos que podem ser considerados iniciativas de jornalismo independente e que têm

se destacado no cenário nacional. Neste panorama, no Brasil, surgem iniciativas como a *Agência Pública*, *Ponte*, *BRIO*, *Think Olga* e *Jota*, que produzem e distribuem conteúdos em plataformas digitais e que nos fazem vislumbrar uma comunicação mais pluralista e renovadora. Já o CQVM representaria uma espécie de espaço híbrido porque teve como ponto de partida uma configuração narrativa de blog, reconfigurando-se e ampliando sua atuação para plataformas de mídia independente.

Assim, desde que passou por esta reconfiguração, o CQVM passou a funcionar em esquema de microfinanciamento coletivo. Desta forma, temas com pequenos resumos acompanhados da biografia de cada autora são disponibilizados na página do blog e divulgados na *fan page* de Facebook e perfil do Instagram do Cientista Que Virou Mãe (@cientistaqueviroumae), que já contam, no momento da produção deste artigo, com mais de 100 mil curtidas e quase 12 mil seguidores, respectivamente. Nestes resumos, as leitoras e fãs são estimuladas a fazer contribuições financeiras de qualquer valor e podem acompanhar na plataforma como está a evolução do financiamento (por exemplo, o texto está 40% financiado e restam 7 dias para completar o valor necessário para sua produção). Quando as doações delas chegam ao valor mínimo para publicação, o texto é finalizado pela autora em questão, entra no ar e fica disponível para toda a rede.

A ideia das “cientistas que viraram mães” é estabelecer uma plataforma autossustentável e ainda oferecer trabalho às mulheres mães, fortalecendo essa rede de apoio. Em 2015, foram convidadas 30 autoras, com formações diversas, para integrar um grupo que abordaria de forma crítica a maternidade. Entre as integrantes, a predominância era de mulheres mães escritoras, ativistas, jornalistas, blogueiras e militantes. Lígia Sena ressalta que o objetivo da iniciativa é oferecer uma alternativa à mídia tradicional, que trata a mulher mãe como produto, propondo uma construção baseada em imagens de uma maternidade idealizada e distante da realidade da mulher mãe que vive em uma sociedade moldada por valores de exploração imposta pelo domínio das diretrizes do sistema capitalista.

É uma mídia independente, mas não só. É uma mídia independente produzida por mulheres mães, que fala sobre maternidade, que fala sobre a condição do feminismo no Brasil, que valoriza a infância e valoriza os Direitos Humanos. É uma alternativa à mídia que trata a mulher como produto<sup>6</sup>.

Dessa forma, a operacionalização do projeto se apresenta hoje com estrutura de plataforma, com abas no menu principal que direcionam para as áreas de “Como apoiar”, “Assine”, “Financie”, “Escritoras” e “Textos”. Na aba “Como apoiar”, as autoras apresentam a ideia de funcionamento, envolvendo a figura do leitor na escolha e financiamento dos temas (figura 1). O leitor passa a ser, neste contexto, investidor e *gatekeeper*<sup>7</sup>, produtor e consumidor da informação. A aba “Assinatura” apresenta uma proposta de financiamento permanente, com créditos que podem ser revertidos em novos conteúdos.

**Figura 1:** Captura de tela do blog Cientista Que Virou Mãe, aba “como apoiar”.



Fonte: [www.cientistaqueviroumae.com.br/como\\_apoiar](http://www.cientistaqueviroumae.com.br/como_apoiar).

A estrutura de uma rede de mulheres mães trocando saberes em forma de informação especializada e remunerada orienta para a construção de um poder coletivo, como argumenta Lígia Sena. Estes espaços virtuais apropriados para as questões sociopolíticas da maternidade podem ser vistos como difusores de uma nova consciência com relação ao papel da mulher mãe na sociedade.

O Cientista Que Virou Mãe também segue uma das premissas dos grupos de mulheres na internet, que é o “empoderamento por meio da informação”<sup>8</sup>. A ideia do direito à informação e da informação como arma contra a desigualdade e pelas garantias fundamentais

também permeia o discurso do movimento materno. As atividades da plataforma Cientista Que Virou Mãe caminham em direção à premissa de que o direito a comunicar é uma extensão do direito à informação (Hamelink, 2005, p. 145).

Além disso, como sugerimos anteriormente, o CQVM possui alguns elementos em seus meios de produção que o aproximam do jornalismo independente (Bennett, 2015; Ramos & Spinelli, 2015). São eles:

- Possuir entre suas colaboradoras permanentes escritoras com formação em jornalismo que migraram da imprensa tradicional;
- Funcionar a partir de ações de financiamento coletivo;
- Propor que o conteúdo publicado e circulado tenha compromisso com a transparência já que as leitoras podem acompanhar mais de perto as etapas de sua produção

Dessa forma, com base em indícios obtidos neste estudo exploratório, também gostaríamos de argumentar que a plataforma Cientista Que Virou Mãe apresenta importantes características de ativismo digital, embora não esteja exatamente configurada dentro do contexto das chamadas revoluções motivadas pela indignação (Castells, 2013). Isso se manifesta das seguintes principais formas:

– As iniciativas de ativismo digital estão **“conectadas de múltiplas formas”**, como diria Castells, à medida em que as diferentes redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter, blog) do Cientista Que Virou Mãe fazem frequentes referências a outras iniciativas de ativismo digital materno ou relacionadas ao universo da infância e maternidade. Por exemplo, em um post publicado na *fan page @cientistaqueviroumae* no dia 22 de outubro, o texto faz menção a uma reunião que as ativistas participaram com integrantes do Projeto Criança e Consumo, Alana e Infância Livre de Consumismo, para discutir a questão do consumo com responsabilidade na infância. Isso também demonstra que a plataforma tem uma atuação focada em uma ampla gama de questões.

– Elas possuem características **“simultaneamente locais e globais”**. A própria discussão do feminismo interseccional, que tem sido incluída na plataforma, faz parte de um debate presente na esfera pública global, como vamos demonstrar na próxima seção deste artigo. Ao mesmo tempo, a fundadora Lígia Sena participa de diversos eventos e debates sobre temas relacionados na cidade em que reside, Florianópolis, elaborando conteúdos sobre o mesmo.

– Manifestam-se de maneiras **“horizontais e multimodais”**, criando um sentimento de companheirismo e favorecendo a cooperação e solidariedade. Essa característica está presente em grande parte dos discursos encontrados na plataforma, os quais ressaltam o fortalecimento mútuo e coletivo das mulheres mães.

– **Têm múltiplas demandas e ilimitadas motivações.** Uma rápida análise de alguns dos temas abordados nos textos da plataforma, de janeiro a junho de 2017, revela uma grande variedade de temas e questões como violência sexual no casamento, crianças com deficiência, feminismo na vida privada, sexualidade e parto, perda de direitos para as mães brasileiras e efeitos do racismo nas crianças (Muller, 2017).

– São voltadas **“para a mudança de valores na sociedade”**. Talvez seja esta a característica de maior destaque, já que as colaboradoras propõem uma profunda transformação na e da sociedade de forma a garantir mais direitos, mais igualdade e mais justiça para mulheres mães de diferentes classes sociais, raça, e orientação sexual, entre outros aspectos.

– São **“profundamente autorreflexivos”**. Este aspecto será aprofundado na próxima seção deste artigo ao analisarmos a plataforma Cientista Que Virou Mãe à luz da perspectiva do Feminismo Interseccional. Assim como outras iniciativas feministas promovidas por mulheres de classe média, o CQVM foi criticado por haver negligenciado a perspectiva de mulheres negras. Diante dessa crítica, houve então certo grau de autorreflexão no movimento, que será analisado a seguir.

Antes, porém, precisamos oferecer um breve esclarecimento acerca da abordagem metodológica que adotamos. Este texto toma como inspiração principal a abordagem netnográfica. Como o termo cunhado por Robert Kozinets (1998) nos leva a induzir, a “netnografia” seria uma derivação da etnografia, porém conduzida no ambiente da internet. Assim, a netnografia também é uma herdeira da antropologia, sendo baseada em abordagens e conceitos metodológicos como a observação participante e a “descrição densa” (Geertz, 1978), possibilitando uma compreensão aprofundada sobre as características peculiares a determinadas culturas. Porém, na netnografia, o objeto de estudo são as comunidades virtuais (Hine, 2005). Aqui, vale a ressalva de que a tendência entre os autores é não mais perceber o “virtual” como algo divorciado ou destacado do “real”. Como Christine Hine sugere, “já que as comunicações mediadas assumem um papel significativo



no cotidiano das pessoas, torna-se evidente que o etnógrafo precisará estar inserido nessas dinâmicas de comunicação mediada de forma orgânica e em paralelo com qualquer interação face-a-face que possa vir a ocorrer” (Hine, 2005, p. 3).

Nesta pesquisa, especificamente, as duas autoras vêm fazendo acompanhamento netnográfico diário das postagens e comentários no blog e na página do Facebook Cientista Que Virou Mãe (CQVM). Parte do acompanhamento foi realizado com prints diários nessas páginas, obtidos durante o período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2017 (Muller, 2017). Além disso, notas de trabalho de campo são produzidas regularmente com base em nossas observações. Fizemos também consulta aos arquivos da página e a entrevistas concedidas pelas autoras e pela idealizadora do CQVM em outras plataformas como o YouTube. A partir desses esforços foi possível estabelecer algumas categorias preliminares para os textos e para os comentários nas páginas, como “empoderamento feminino”, “maternidade consciente”, “criação com apego”, “gravidez”, “parto” e “pós-parto”. Dessa forma, coletamos dados que servem de indícios importantes acerca dos diálogos entre o ativismo digital materno, o jornalismo independente e o feminismo interseccional. No entanto, esta pesquisa será complementada em uma fase subsequente a ser realizada nos meses de abril, maio e junho de 2018 com entrevistas em profundidade com autoras e a idealizadora do CQVM. Aqui, seguindo a linha de raciocínio de Sarah Pink (2009), consideramos a internet como uma ambiência complexa de trabalho de campo onde os universos online e offline estão intimamente conectados e se constituem pelas narrativas do etnógrafo. Tal ênfase no movimento e na constituição de “lugares etnográficos” é guiada pela percepção de que tais lugares não constituem localidades delimitadas, no sentido mais literal da palavra, mas sim coleções de localidades, práticas e temporalidades que se tornam entrelaçadas (Ibidem). Assim, para este texto, em vez de apresentarmos categorizações detalhadas dos conteúdos publicados, decidimos nos concentrar e nos deixar guiar por um evento marcante ocorrido na plataforma e que gerou alguns “aspectos de socialidade digital em movimento” (*digital socialities in motion*), como recomendam Postill & Pink (2012).

Em 12 de junho de 2015, Lígia Sena escreveu um texto sobre o filme *Histórias Cruzadas* (*The Help*), que mostra a segregação racial nos Estados Unidos nos anos 1950 e 1960. O artigo foi recebido com muitas críticas entre feministas negras, que apontaram, com

lucidez, o quanto o texto negligenciava e silenciava a importante interseção entre gênero e raça no debate ativista materno. Tal debate será, portanto, analisado na próxima seção, em que enxergamos a importante contribuição que o feminismo interseccional pode oferecer ao ativismo digital materno.

Finalmente, gostaríamos de ressaltar que as duas autoras deste texto são mulheres, mães, feministas, brancas e seguidoras das páginas do CQVM. Somos, portanto, integrantes dessa comunidade digital de mulheres mães, ao mesmo tempo em que, como acadêmicas, também podemos ser consideradas “cientistas que viraram mães”. Na pesquisa, alternamos os dois papéis: o papel de “pesquisadoras silenciosas” (Orgadi, 2009), com participações não obstrusivas e meramente observacionais, com o papel de “*insiders*” (Hodkinson, 2005), ou seja, pesquisadoras que inserem elementos auto-biográficos e o de pré-conhecimento e/ou participação da cultura observada. Este segundo papel ocorre à medida em que interagimos com diversos dispositivos da plataforma, compartilhando posts do CQVM em nossas páginas no Facebook, por exemplo, marcando amigas e colegas e comentando nas postagens. Uma última ressalva diz respeito ao fato de termos nos assumido aqui como mulheres e mães, o que não é sempre comum na elaboração de textos acadêmicos. No entanto, diante do caráter etnográfico e do objeto dessa pesquisa, acreditamos que essa identificação seja relevante e pertinente.

### **Ativismo digital materno: contribuições do feminismo interseccional**

No dia 12 de junho de 2015, o blog CQVM publicou o texto “Você é gentil, você é inteligente, você é importante – O Poder do Discurso de Todos Nós”, que trazia uma referência ao filme *Histórias Cruzadas* (*The Help*, 2011). O filme conta a história de uma jovem branca, aspirante a jornalista, que estabelece um relacionamento com duas empregadas domésticas negras, as personagens Aibileen Clark e Minny Jackson, em Jackson, Mississippi, estado do sul americano marcado por uma história de cultura escravagista e em um contexto de luta por direitos civis nas décadas de 1950 e 1960. A frase “você é gentil, você é inteligente, você é importante”, contida no título do texto de autoria de Lígia Sena, foi proferida no filme pela personagem da empregada doméstica Aibileen, interpretada pela

atriz Viola Davis para confortar a personagem de uma criança, uma menina negligenciada pelos pais e cuidada por ela.

A ideia central do texto de Lígia é destacar o quanto o discurso dos adultos tem poder e um possível impacto negativo e, no caso do filme, positivo sobre as crianças. O discurso que os adultos dirigem às crianças precisa ter, portanto, um caráter cuidadoso e amoroso, principalmente quando proferido por pessoas próximas.

Você é gentil, você é inteligente, você é importante. Aibileen fez questão de repetir isso inúmeras vezes para Mae, tantas vezes que ela incorporou ao seu próprio autoconceito. E isso é uma questão extremamente importante para mim. Todos os dias desde que me tornei mãe, busco fazer exatamente a mesma coisa: ensinar minha filha como é importante que ela saiba dos seus próprios valores. Mais que isso: que por meio do meu discurso sobre ela mesma, ela possa se constituir como criança, menina e futura mulher consciente dos valores que tem.

[...]

Dedicar-se a fazer com que um filho e uma filha saibam que sua mãe e/ou seu pai os amam é contribuir para criar crianças seguras de si mesmas. E esse amor não pode vir misturado com violência física, verbal, emocional ou moral, pois que, desta maneira, ensinamos às crianças que violência e amor podem, sim, caminhar juntos. E não podem. Quantos de nós aprendemos isso... Quantos de nós nos esforçamos ativamente para nos livrarmos dessas correntes... Dedicar-se a transmitir um bom conceito sobre elas mesmas é parte indelével de uma criação empática e respeitosa. Por um motivo muito simples: **sim, os discursos têm poder**. É a partir dos discursos que ouvem que as crianças introjetam valores sobre os outros e também sobre si. Que elas alimentam em si mesmas valores preconceituosos e discriminatórios sobre as outras pessoas, que elas criam crenças limitantes, que constroem sua visão de mundo. Que elas se sentem mais. Ou se sentem menos... (Sena, 2015)<sup>9</sup>

O texto foi recebido com duras críticas por feministas negras e, neste artigo, apresentamos, em maior nível de detalhe, as colocações de uma dessas mulheres, Guaraciara Gonçalves, discutindo como essas críticas apontam a pertinência da perspectiva do feminismo interseccional para o ativismo digital materno. No texto, publicado em 2 de julho de 2015 e intitulado “Sobre a Polêmica com o Blog Cientista Que Virou Mãe”, Gonçalves problematiza duas questões principais. A primeira diz respeito ao recorte escolhido pela cientista para o texto. Ao optar por dar ênfase a como uma empregada doméstica negra empodera uma criança branca com sua citada frase “você é gentil, você é inteligente, você é importante”, Lígia Sena, talvez de forma inconsciente, acaba contribuindo para silenciar a opressão que a própria negra sofre. As referências ao contexto histórico de opressão e exploração das mulheres negras no qual o filme se passa, acrescenta Gonçalves, se mostram um tanto

sutis no texto da cientista, resumindo-se a uma frase que identifica tal contexto como “o tão problemático período de explosão da luta pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos” (Moreiras Sena, 2015). Assim, segundo Gonçalves, após fazer essa breve menção ao contexto histórico que serve de pano de fundo para o filme, a cientista não aborda questões de raça e gênero, dando enfoque somente à questão de como os discursos positivos e negativos dos adultos têm um impacto na autoestima e construção da identidade das crianças (e no caso do filme, de uma criança branca).

Para ilustrar como uma fala proveniente de um filme que fala de racismo (muitas vezes, de forma problemática, como apontam feministas negras) é retirada do debate racial e utilizada para outro propósito, citaremos aqui a própria Guaraciara Gonçalves:

A autora Lígia Sena, parece que não conseguiu perceber que a história que ela utiliza como gancho para o seu texto é racista, e que ela ainda por cima reforçou esse racismo ao identificar a babá com o estereótipo da “mãe de criação”, aquela que é quase da família porque não tem o direito de ter a sua própria [...]. A Cientista, embora tenha tentado apresentar o contexto da luta dos negros pelos direitos civis, no qual se deu a relação entre a empregada e a criança, se esquivou do debate e cria um problema ao valorizar a relação entre a babá e a criança por ela cuidada, sem reconhecer a exploração e sem reconhecer que aquela criança que naquele momento está sendo empoderada futuramente será opressora. O texto da Cientista, dessa forma contribui para a reprodução de um estereótipo muito caro as mulheres negras, o estereótipo da Mammy, um dos mais racistas da história dos Estados Unidos, que mesmo construído no contexto da escravidão, insiste em manter uma caricatura da mulher negra como submissa e satisfeita com a sua condição de escrava, até os dias de hoje. Uma mulher que não tem história, não tem vida própria, não tem família e que a única função é servir aos seus patrões. Aliás, *The Help* me parece uma espécie de saudosismo, de tentativa de reatualização desse estereótipo. (Gonçalves, 2015)<sup>10</sup>

O que Gonçalves aponta é uma certa inabilidade das ativistas feministas brancas, que se manifesta em três níveis principais: 1) dificuldade para enxergar e problematizar questões de raça; 2) dificuldade de empatizar com situações de opressão que as mulheres brancas, embora também oprimidas de outras formas, simplesmente não vivenciam com a mesma intensidade que as mulheres negras; e 3) mesmo quando apontadas essas questões, dificuldade de lidar com estas e enfrentar um necessário embate de ideias. Kimberle Crenshaw aborda de forma brilhante esses aspectos, oferecendo uma reflexão crítica acerca dos debates de política de identidade:

O problema com a política de identidade não é tanto que ela falhe em ir além das diferenças, como alguns críticos argumentam, mas sim, o contrário – que ela frequentemente confunda ou ignore as diferenças intra grupo. No contexto da violência contra a mulher, essa supressão da diferença na política de identidade é problemática, fundamentalmente porque a violência que muitas mulheres vivenciam é frequentemente moldada por outras dimensões da identidade delas, como raça e classe. Além disso, o ato de ignorar as diferenças que existem *dentro* dos grupos contribui para uma tensão *entre* os grupos, que representa um outro problema de política de identidade que apresenta esforços para politizar a violência contra as mulheres. Os esforços feministas para politizar as experiências das mulheres e os esforços anti racistas para politizar as experiências das minorias raciais têm frequentemente sido realizados como se as questões e experiências que cada um deles apresenta ocorresse em terrenos mutuamente exclusivos. Portanto, embora o racismo e o sexismo se cruzem facilmente nas vidas das pessoas reais, eles quase nunca figuram nas práticas feministas e anti racistas. Assim, quando as práticas identificam as identidades – feminina ou de minoria racial – como uma proposição de esta ou aquela identidade, elas relegam a identidade da mulher de cor para um local que não pode ser situado (Crenshaw, 1991, p. 1242).

Dessa forma, podemos perceber que, no caso da polêmica entre os blogs Materna Preta e Cientista Que Virou Mãe, a opressão vivenciada pela ativista feminista Lígia Sena parece mais associada à sua experiência como mulher mãe branca, denunciando a questão do impacto, principalmente a longo prazo, dos discursos violentos dos adultos contra crianças. Já Guaraciara, com sua vivência de mulher mãe negra, enxerga outras questões tão urgentes quanto a violência do discurso contra crianças, como, por exemplo, a violenta exploração e invisibilização das mulheres negras que atuam como empregadas domésticas em contextos racistas como os Estados Unidos e o Brasil das décadas de 1950 e 1960, mas também dos tempos atuais.

Após o ocorrido, em 2015, houve tentativas por parte do Cientista Que Virou Mãe de se retratar, refletir e, até certo ponto, remodelar-se diante de tais críticas. Em primeiro lugar, Lígia Sena publicou a seguinte nota pós-publicação, reproduzida a seguir:

Centenas de pessoas tiveram acesso a esse texto, e o compartilharam nas redes sociais e manifestaram seu apreço pela questão levantada, acerca do poder de um discurso afetuoso sobre a personalidade de uma criança e da importância de refletirmos sobre o modo como a sociedade se dirige à criança e considera a infância. Porém, há uma questão neste texto que perpassa toda a discussão trazida e que não foi por mim considerada. E não ter sido considerada faz parte de algo muito danoso, muito sério, que é a invisibilidade de quem sofre com diferentes formas de preconceito, opressão e discriminação: as mulheres

negras. Quando eu falo da criança branca que recebe como única forma de afeto o carinho de sua principal cuidadora, que é uma empregada doméstica negra num contexto histórico de total violência, eu secundarizo essa mulher e priorizo a criança. E isso não pode acontecer, é preciso lançar diferentes olhares às diferentes questões, mas olhá-los. Algumas mulheres pertencentes ao movimento negro entraram em contato comigo apresentando esta questão. Assim, na semana que vem (entre 22 e 26 de junho), um novo texto será publicado neste blog, escrito por alguém que se voluntariou a fazê-lo, levantando exatamente esta temática. Desculpo-me publicamente com toda mulher negra que tenha se sentido negligenciada. E aproveito para agradecer pelas contribuições respeitadas que recebi, especialmente de Flávia Ribeiro, Guaraciara Gonçalves e Lu Bentia, neste constante processo de aprendizagem (Sena, 2015)<sup>11</sup>.

De 2015 para cá, é razoável afirmar que o feminismo negro e o ativismo materno negro vêm ganhando mais visibilidade nas redes sociais. Alguns exemplos são as plataformas do *Instituto da Mulher Negra*, *Geledés*<sup>12</sup> e iniciativas como o *Nós, Mulheres da Periferia*<sup>13</sup>. Além disso, dentro da chamada blogosfera materna, tem se notado uma maior presença de colaboradoras negras, como a escritora Tulani da Silva, que escreve para a plataforma *Não Me Chamo Mãe*<sup>14</sup> e Luciana Bento, que é autora do blog *A Mãe Preta*<sup>15</sup>. Quanto ao CQVM, embora não tenhamos conseguido encontrar o texto de resposta contendo a perspectiva de uma ativista negra, que deveria ter sido publicado entre 22 e 26 de junho daquele ano, percebemos uma maior preocupação em dar mais atenção às pautas e contar com uma maior colaboração de mulheres e mães feministas negras. Textos como “O Impacto do Seu Racismo na Minha e Nas Suas Crianças” e “Uma Mulher Preta Que Partilha Seu Histórico de Resistência: Uma Mãe Que Busca Virar Cientista”, ambos de Angela Medeiros, publicados na plataforma, respectivamente, em 11 de abril de 2017 e em 20 de novembro de 2016, refletem essa preocupação.

No entanto, aqui, também nos chama atenção um certo grau de classismo, tanto na escolha das pautas, como na escolha de escritoras. Muitas ativistas negras já vêm problematizando a adoção no feminismo de termos em inglês, e de difícil compreensão para pessoas sem altos níveis de escolarização formal, como “mansplaining”, “gaslighting” e “maninterrupting”. De forma semelhante, o próprio nome da plataforma “Cientista que Virou Mãe” já nos remete a um discurso privilegiado e altamente letrado, como aponta Bell Hooks (2000). Para Angela Medeiros, psicóloga,

mãe e negra, por exemplo, o desafio não parece ser o de se tornar mãe, quando já se é cientista, mas sim, o oposto: tornar-se cientista quando já se é mãe.

### Considerações finais

A plataforma Cientista Que Virou Mãe apresenta características importantes capazes de associá-la ao fenômeno contemporâneo do ativismo digital. Conectadas em redes, mães, que, como nós, são usuárias e fãs da comunidade (Jenkins, 2009) buscam informações acerca de assuntos importantes como parto humanizado, amamentação, alimentação, criação de filhos, desigualdade de gênero, assim também como questões políticas que afetam diretamente as mães, como a reforma trabalhista, por exemplo. Neste contexto, podemos perceber a presença de algumas pautas voltadas à promoção de uma sociedade mais justa, que acolha e respeite as mulheres mães como: o debate acerca da importância de desromantizar a maternidade; a sobrecarga das duplas (e triplas) jornadas que recaem sobre as mulheres diante da distribuição ainda extremamente desigual de papéis entre homens e mulheres na criação dos filhos; a luta contra a violência obstétrica, entre outras. Por meio de iniciativas como a Cientista Que Virou Mãe, percebemos um fortalecimento das mulheres mães que têm suas experiências e saberes reconhecidos e compartilhados (Lévy, 1998), saberes estes que, às vezes, são pouco valorizados diante da figura de especialistas e médicos. Fazendo um jogo de palavras com o próprio nome da plataforma, as cientistas (mas não científicas) também são mães e as mães também são cientistas, no sentido amplo das duas palavras. Tal recorte, voltando nossa atenção às questões sociais mais específicas que interessam às mulheres mães, é também bem-vindo dentro dos estudos feministas e estudos de comunicação, já que relativamente poucos estudos que analisam as relações entre maternidade, feminismo e mídia vêm sendo desenvolvidos (Tomaz, 2015).

Além disso, a CQVM apresenta elementos comuns ao jornalismo independente, buscando outras dinâmicas de geração e compartilhamento de informações que se contrapõem às que são encontradas na grande mídia comercial hegemônica. Para este fim,

a plataforma estabeleceu um modelo de financiamento coletivo, em que as mães que frequentam a blogosfera materna contribuem para a elaboração de textos que abordam questões relevantes, sem o patrocínio das grandes corporações. Como Lígia explica no blog, esse modelo oferece às leitoras e membros da comunidade algumas importantes vantagens como a não exposição à publicidade, o fato de algumas financiarem informações para todos, promovendo uma visão colaborativa, solidária e coletivamente responsável.

No entanto, iniciativas com características de ativismo digital são tão importantes quanto imperfeitas e isso é natural. Como aponta Castells (2013), o importante é que haja nelas um alto grau de autorreflexividade, de forma a estarem constantemente avaliando e remoldando suas práticas. No caso do ativismo materno, é essencial reconhecer que este ainda é um ambiente predominantemente branco, que poderia ampliar seu potencial inclusivo pela incorporação de perspectivas provenientes do feminismo interseccional, por exemplo. Aqui, a interseccionalidade não deve ser interpretada como meros e pesados tijolos de opressão – de gênero, raça, classe, orientação sexual etc – a serem colocados, um em cima do outro, sobre os ombros das mulheres. Mais do que isso, ela representa uma abordagem metodológica, que, em nosso caso, tem se mostrado produtiva no sentido de que o ativismo materno precisa reconhecer a multiplicidade das tão diferentes realidades de classe, raça, orientação sexual, entre outros elementos envolvidos no ser “mãe”. Finalmente, a interseccionalidade é também uma postura política que, como pesquisadoras, mas também ativistas feministas brancas, precisamos urgentemente assumir. Acreditamos, assim, que é essencial reconhecermos privilégios, ouvirmos, empatizarmos e, sim, arregaçarmos as mangas e entrarmos na luta contra as opressões que atingem as mulheres e mães negras. Do contrário, estaremos fechando os olhos para o papel que podemos estar exercendo na opressão racial entre mulheres. Se é verdade que, como mulheres, somos todas frequentemente oprimidas em nossa vivência da cidadania e da maternidade, é também verdade que não podemos nos tornar opressoras umas das outras.



## NOTAS

- 1 Além do blog, a plataforma, atualmente, também conta com uma *fan page* no Facebook (@cientistaqueviroumae, com mais de 107 mil curtidas) e perfil no Instagram (@cientistaqueviroumae, com quase 12 mil seguidores) e Twitter (com 407 seguidores no momento da redação deste artigo).
- 2 Original publicado em 1949.
- 3 Tradução nossa.
- 4 Tradução nossa.
- 5 Entrevista ao Canal de YouTube “PorQueNão?”, concedida em abril de 2016. É possível encontrá-la no link [www.youtube.com/watch?v=RAfdacq9Lh8](http://www.youtube.com/watch?v=RAfdacq9Lh8).
- 6 Mulher, mãe e mudanças. Entrevista ao canal do Youtube “PorQueNão?”. Abr. 2016.
- 7 De acordo com a teoria do jornalismo, é ele que define o que será notícia.
- 8 O “empoderamento feminino por meio da informação” foi largamente difundido como um dos princípios do *think tank Think Olga*. Seu site pode ser encontrado em: [thinkolga.com](http://thinkolga.com).
- 9 O texto na íntegra pode se encontrado no link: <https://cientistaqueviroumae.com.br/blog/textos/voce-e-gentil-voce-e-inteligente-voce-e-importante-o-poder-do-discurso-de-todos-nos>.
- 10 O texto na íntegra pode se encontrado no link: <http://pretamaterna.blogspot.com.br/search?q=cientista+que+virou+m%C3%A3e>. É importante apontar que o blog Preta Materna não está mais ativo, porém a autora Guaraciara Gonçalves gentilmente nos liberou o acesso aos textos na íntegra.
- 11 O texto na íntegra pode se encontrado no link <https://cientistaqueviroumae.com.br/blog/textos/voce-e-gentil-voce-e-inteligente-voce-e-importante-o-poder-do-discurso-de-todos-nos>:

- 12 Link para o site: [www.geledes.org.br](http://www.geledes.org.br), fan page no Facebook @geledes, com mais de 678 mil curtidas e perfil no Twitter @geledes com mais de 30 mil seguidores
- 13 Fan page no Facebook @nosmulheresdapерiferia, com mais de 25 mil curtidas. O site é [www.nosmulheresdapерiferia.com.br](http://www.nosmulheresdapерiferia.com.br).
- 14 [naomechamomae.com.br/pt-BR](http://naomechamomae.com.br/pt-BR).
- 15 [amaepreta.com.br](http://amaepreta.com.br).

## REFERÊNCIAS

- Abella, L. B. G. (2016). *Redes sociais e empoderamento cidadão*. Jundiaí: Paco Editorial
- Beauvoir, S. (1970). *O Segundo sexo: Fatos e mitos* (S. Milliet, Trad.). São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Bennett, J. (2015). The utopia of Independent Media: Independence, Working with freedom and working for free. In J. Bennett & N. Strange (Orgs.), *Media independence: Working with freedom or working for free?* (pp. 1-28), New York and London: Routledge.
- Braga, A. (2008). *Personas materno-eletrônicas: Feminilidade e interação no blog Mothern*. Porto Alegre: Sulina.
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Crenshaw, K. (1991). Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, Stanford, v. 43, pp. 1241-1299.
- Friedan, B. (1963). *The feminine mystique*. New York: Norton, 1963.
- Fuchs, C. (2014). *Social media: A critical introduction*. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore: Sage Publications.
- Geertz, C. (1978). *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Gonçalves, G. (2015, July 2). Sobre a polêmica com o blog Cientista Que Virou Mãe [postagem no blog]. Recuperado de [pretamaterna.blogspot.com.br/search?q=cientista+que+virou+m%C3%A3e](http://pretamaterna.blogspot.com.br/search?q=cientista+que+virou+m%C3%A3e)
- Hamelink, C. (2005). Direitos Humanos para a Sociedade da Informação. In M. Melo & L. Sather.(Orgs.). *Direitos à comunicação na sociedade da informação* (pp. 103-137). São Bernardo do Campo: Editora Metodista.

Hine, C. (2005). *Virtual methods: Issues in Social Research on the Internet*. New York: Berg Publishers.

Hodkinson, P. (2005). Insider research in the study of youth cultures. *Journal of Youth Studies*, v. 18, 131-149.

hooks, bell. (2000). *Feminism is for everybody: Passionate politics*. Cambridge, MA: South End Press.

Jenkins, H. (2009). *Cultura da convergência* (2ª Ed.). São Paulo: Aleph.

Kozinets, R. (1998). On Netnography: initial reflections on consumer investigations of cyberculture. In J. Alba & W. Hutchinson (Orgs.). *Advances in Consumer Research* (pp. 366-371), Provo-UT: Association for Consumer Research.

Lévy, P. (1998). *A Inteligência coletiva: Por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Edições Loyola.

Malini, F. & Antoun, H. (2013). *@ Internet e #rua: Ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina.

Orgadi, S. (2009). How can researchers make sense of issues involved in collecting and interpreting online and offline data? In A. Markham & N. Baym (Orgs.). *Internet inquiry: Conversations about method* (pp. 33-53). Los Angeles: Sage.

Pink, S. (2009). *Doing sensory ethnography*. London: Sage.

Postill, J. & PINK, S. (2012). Social media ethnography: The digital researcher in a messy web. *Media International Australia*, 145 (1), 123-134. doi: 10.1177/1329878X1214500114

Ramos, D. O. & E. M. Spinelli (2015). Iniciativas de Jornalismo Independente no Brasil e na Argentina. *Revista Extraprensa*, 9 (1), pp. 114-123. Recuperado de [www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/104463](http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/104463).

Rivello, A. P. A. & Pimenta, F. P. (2008). Ciberativismo e zapatismo. In XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, São Paulo. Recuperado de [www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2008/resumos/R9-0215-1.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2008/resumos/R9-0215-1.pdf)

Scavone, L. (2001). A Maternidade e o Feminismo: Diálogo com as Ciências Sociais. *Cadernos Pagu*, pp. 16, 137-150. doi: 10.1590/S0104-83332001000100008.

Scherer-Warren, I. (2014). Manifestações de rua no Brasil 2013: Encontros e desencontros na política. *Caderno CRH* 27 (71), pp. 417-429. Recuperado de [www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792014000200012&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792014000200012&script=sci_abstract&tlng=pt)

Sena, L. M. (s.d.). Sobre: Conheça a nossa história. [postagem no

blog] Recuperado de [www.cientistaqueviroumae.com.br/sobre](http://www.cientistaqueviroumae.com.br/sobre).

Sena, L. (2015, June 12). Você é gentil, você é inteligente, você é importante: O poder do discurso de todos nós [postagem no blog]. Recuperado de <https://cientistaqueviroumae.com.br/blog/textos/voce-e-gentil-voce-e-inteligente-voce-e-importante-o-poder-do-discurso-de-todos-nos>

Tomaz, R. (2015). Feminismo, maternidade e mídia: Relações historicamente estreitas em revisão. *Galaxia*, 29, 155-166. doi: 10.1590/1982-25542015120031

**Andrea Medrado** é professora adjunta do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Niterói, Brasil. Atualmente, é coordenadora da seção de Comunicação Comunitária e Mídia Alternativa da IAMCR. Possui ampla experiência conduzindo pesquisas em favelas, analisando os impactos dos megaeventos em comunidades marginalizadas. Co-investigadora da Rede eVoices (Reino Unido). E-mail: [andreamedrado@id.uff.br](mailto:andreamedrado@id.uff.br); [ammedrado@hotmail.com](mailto:ammedrado@hotmail.com).

**Ana Paula Muller** está cursando o Mestrado em Mídia e Cotidiano pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, Rio de Janeiro. Possui graduação em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo – pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atuou muitos anos como jornalista, especialmente na área de comunicação institucional. Tem interesse em cultura digital, jornalismo cultural, novas mídias e feminismo. E-mail: [apmjornalismo@gmail.com](mailto:apmjornalismo@gmail.com).

RECEBIDO EM: 01/11/2017 | ACEITO EM: 16/02/2018